



7 • Correio Braziliense — Brasília, sábado, 26 de abril de 2025

Bolsas		Pontuação B3		Dólar		Salário mínimo		Euro		CDI		CDB		Inflação	
Na sexta-feira		Ibovespa nos últimos dias		Na sexta-feira		Últimos		Comercial, venda na sexta-feira		Ao ano		Prefixado 30 dias (ao ano)		IPCA do IBGE (em %)	
0,12%	São Paulo	0,05%	Nova York	130.464	134.739	R\$ 5,687	(-0,06%)	R\$ 1.518	R\$ 6,463	14,15%	14,41%	0,39	0,52	0,16	1,31
		22/4	23/4	24/5	25/5	17/abril	22/abril	23/abril	24/abril						Março/2025
															0,56

FRAUDE NA PREVIDÊNCIA

Alerta para o novo golpe: o falso INSS

Depois da denúncia de fraude, criminosos estão se passando por agentes do instituto para tirar mais dinheiro de aposentados

» FERNANDA STRICKLAND

Criminosos estão se passando por representantes do governo para enganar beneficiários com promessas de "agilizar o recebimento dos valores atrasados descontados pelo INSS". Por isso, o governo lançou o alerta, ontem, para informar que mensagens oferecendo "ressarcimento ou descontos de mensalidades associativas" enviadas por e-mail, aplicativos de mensagem ou outros meios são tentativas de golpe.

A orientação do Ministério da Previdência Social e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) é não clicar em links nem fornecer dados pessoais por canais não oficiais.

A fraude foi denunciada por segurados que relataram abordagens suspeitas. O alerta ganhou ainda mais importância após a Controladoria Geral da União (CGU) informar que os valores descontados indevidamente em abril serão revidos temporariamente e devolvidos automaticamente na folha de pagamento.

Já os valores descontados antes de abril, que não foram autorizados pelos beneficiários, serão analisados por um grupo de peritos da Advocacia Geral da União (AGU). Esse grupo está estudando formas seguras e viáveis de realizar o ressarcimento.

O ministério informou ainda que os aposentados e pensionistas do INSS que tiveram desconto de mensalidade associativa no extrato de pagamentos (contracheque) podem pedir a exclusão do débito de forma automática pelo aplicativo ou site Meu INSS. O benefício ficará bloqueado para novos descontos até que o segurado faça o desbloqueio. A exclusão já existia, porém, não era de forma automática.

Desde março, quando iniciaram as reclamações sobre descontos indevidos, o INSS vem tomando uma série de medidas para proteger 7,6 milhões de aposentados e pensionistas que têm descontos no pagamento. O número de reclamações chegou a 1 milhão de janeiro de 2023 a maio de 2024, segundo auditoria determinada pelo próprio INSS. O levantamento

resultou no cancelamento de todos os descontos autodeclarados como não autorizados.

Segundo Bruno Minoru Okajima, sócio do escritório Autuori Burmann Sociedade de Advogados, a principal orientação para não cair em golpes é desconfiar de qualquer contato oferecendo devolução de valores em nome do INSS, seja por telefone, WhatsApp ou redes sociais.

"O INSS não faz esse tipo de abordagem. Também é importante nunca passar dados pessoais ou bancários, como CPF, número de benefício, senha ou código de autenticação. Sempre procure diretamente o site ou o app Meu INSS. Outro ponto: o INSS não cobra nenhuma taxa para revisar benefícios ou devolver valores. Se pedirem pagamento antecipado, é golpe. No fim das contas, a regra é simples: não passar dados, não clicar em links e não fazer nenhum pagamento fora dos canais oficiais", disse Okajima.

Sem informação

"Tem aposentado pagando sem saber por algo que nunca contratou". A frase do especialista em Direito Previdenciário e mestre em Direito das Relações Sociais e Trabalhistas e CEO da WB Cursos, Washington Barbosa, resume o impacto de uma das maiores fraudes já detectadas no INSS: o desconto mensal feito por associações de valores do contracheque dos benefícios de milhares de segurados sem consentimento.

"O que a gente viu nesse caso foi a cobrança de mensalidades associativas por entidades que sequer tinham estrutura para prestar qualquer serviço. Em muitos casos, nem havia a autorização do segurado", explicou o especialista.

Segundo ele, os descontos aconteciam diretamente no benefício previdenciário, sob rubricas como "mensalidade associativa" ou "débito associação", o que dificultava a identificação imediata por parte dos segurados. "Esses valores eram debitados mês a mês, comprometendo a renda das pessoas sem qualquer contrapartida", disse o especialista.

Orientações

Ministério da da Previdência Social e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) divulgaram cuidados que os beneficiários podem tomar para não cair em golpes

COMO VERIFICAR SE HÁ DESCONTO?

■ Basta acessar, com login e senha, o Meu INSS (site ou aplicativo), clique em "Consultar Benefício" e, em seguida, em "Extrato de Pagamento".

■ Clique no mês que aparece (por padrão, aparecem somente as duas últimas competências, mas é possível visualizar as anteriores também).

■ Na tabela que aparece, irá constar o possível valor do desconto, se houver.

COMO PEDIR O RESSARCIMENTO?

■ A devolução dos valores é feita diretamente pela entidade. É preciso entrar em contato através do telefone 0800, que aparece ao lado do nome da entidade no seu contracheque.

■ Também é importante que seja registrada denúncia sobre descontos não autorizados de associações ou entidades no Portal do Consumidor (www.consumidor.gov.br/) e na Ouvidoria do INSS, através da Plataforma Fala BR (falabr.cgu.gov.br/web/home).

■ Em breve mais informações serão repassadas a fim de orientar os beneficiários sobre tais procedimentos.

COMO PEDIR A EXCLUSÃO DO DESCONTO?

■ Confira a seguir, como fazer para pedir a exclusão do débito de forma automática pelo Meu INSS. Vale ressaltar que agora já é possível que o aposentado busque o serviço por voz caso tenha dificuldades com utilização de tecnologias.

■ Acesse o Meu INSS com login e senha.

■ Na página inicial selecione Novo pedido.

■ No campo de busca (onde tem a lupa) escreva "Excluir mensalidade".

■ Vão aparecer opções, selecione "Excluir mensalidade de associação ou sindicato" no benefício.

■ Clique em Atualizar para conferir e atualizar seus dados, se necessário.

■ Após atualizar os dados, selecione "Avançar".

■ Leia as instruções e escolha "Avançar".

■ Informe os dados solicitados e clique em Avançar.

■ Anexe os documentos (se for necessário) e vá em Avançar.

■ Selecione a agência de relacionamento com o INSS e escolha Avançar.

■ Confira os dados informados no requerimento.

■ Clique em Declaro que li e concordo com as informações acima e clique em Avançar.

O QUE NÃO FAZER?

■ Não pague nenhuma taxa antecipada: o INSS nunca solicita pagamentos para liberar valores ou fazer revisões de benefícios.

■ Não envie fotos de documentos por WhatsApp, e-mail ou SMS: evite compartilhar CPF, RG, comprovante de residência ou dados bancários fora de canais oficiais.

■ Não clique em links enviados por desconhecidos: links suspeitos podem direcionar para sites falsos ou instalar vírus no seu celular/computador.

■ Não confie em mensagens ou ligações que prometem dinheiro fácil: desconfie sempre de ofertas que parecem boas demais para ser verdade, especialmente se houver pressão envolvida.

■ Não forneça senhas ou códigos recebidos por SMS: nenhum órgão oficial pede esse tipo de informação.



Valdo Virgo/CB/D.A Press

Fonte: Secretaria de Comunicação Soci

Valores serão devolvidos a partir de maio, segundo governo

Aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que sofreram descontos associativos não autorizados começarão a receber o dinheiro de volta a partir de maio. O anúncio foi feito ontem pelo Ministério da Previdência Social, que informou também a suspensão definitiva desses débitos mensais.

A medida vem na esteira da operação conjunta da Polícia Federal (PF) e da Controladoria-Geral da União (CGU), deflagrada na última quarta-feira, que desmontou um esquema nacional de cobrança indevida de mensalidades por entidades e sindicatos. Segundo o governo, os descontos eram feitos sem consentimento

prévio dos beneficiários, ferindo as normas que exigem autorização expressa — salvo em casos com decisão judicial.

Os primeiros ressarcimentos acontecerão em maio, abrangendo os valores descontados no último mês. Já a devolução dos montantes anteriores, que remontam a 2019, ainda será analisada por uma força-tarefa criada pelo governo federal. O grupo terá a missão de definir critérios e mecanismos para reembolsar os aposentados lesados ao longo dos últimos cinco anos.

A expectativa do Ministério da Previdência é que o plano de ressarcimento envolva os cerca de R\$ 2 bilhões já bloqueados durante a operação desta semana.

No entanto, o total estimado de prejuízos com descontos indevidos desde 2019 pode ultrapassar R\$ 6,3 bilhões.

A criação da força-tarefa foi oficializada na quinta-feira e reunirá representantes da Previdência, da CGU, do INSS, da Advocacia-Geral da União (AGU) e de outros órgãos envolvidos na apuração do caso. O objetivo é garantir que os recursos desviados retornem aos beneficiários com transparência e agilidade.

Medidas imediatas

Nos últimos anos, aposentados e pensionistas do INSS têm sido alvo de golpes e cobranças

indevidas em seus benefícios, muitas vezes relacionadas a descontos associativos não autorizados. Embora esse problema venha de gestões anteriores, o atual governo adotou uma série de medidas para coibir essas práticas e proteger os beneficiários da Previdência Social.

Das 11 entidades investigadas pela Controladoria-Geral da União (CGU) por irregularidades nos descontos, apenas uma firmou acordo com o INSS em 2023. As demais são referentes a gestões anteriores, com acordos firmados em 1994, 2014, 2017, 2021 e 2022.

Em janeiro de 2024, o INSS iniciou uma campanha de orientação em seu site oficial e redes

sociais, ensinando como os beneficiários podem bloquear descontos não reconhecidos em seus contracheques. Já em março, suspendeu novos Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) e publicou a Instrução Normativa PRES/INSS nº 162, que estabeleceu critérios mais rigorosos para formalização de descontos, incluindo a exigência de assinatura eletrônica avançada, biometria, documento oficial com foto e limite de 1% do valor máximo do benefício do RGPS.

Também em março, foi viabilizada a solicitação de bloqueio ou exclusão de descontos diretamente pelo aplicativo ou site Meu INSS e pela Central 135. No mês seguinte, o governo

estruturou a implantação da biometria e de novos fatores de segurança para liberação de débitos associativos. Em maio, a Dataprev iniciou os testes com o sistema biométrico, que está plenamente funcional desde fevereiro de 2025.

As ações seguiram com a reformulação da Diretoria de Benefícios em junho, e em setembro de 2024 foi lançado um campo específico no Meu INSS para consulta e bloqueio dos termos de adesão a descontos realizados a partir daquele mês.

Para facilitar o acesso dos segurados, a Central 135 foi reprogramada para permitir o bloqueio imediato de descontos não reconhecidos. (FS)